



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 29 de janeiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO

Indústria mantém dependência do BNDES para investir em 2011 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Brasil indica que vai "esfriar" a economia..... 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Ex-secretário de Portos no país admite que logística é falha..... 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Patriota diz que atuará por direitos humanos..... 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Proposta é de R\$545', diz Dilma sobre mínimo..... 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Dilma inaugura agenda internacional..... 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Indústria mantém dependência do <u>BNDES</u> para investir em 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para analistas, medidas de incentivo ao crédito privado de longo prazo terão efeito limitado na sobrecarga do banco

Alexandre Rodrigues / RIO

Apesar do papel mais forte nos grandes projetos de infraestrutura que o governo quer dar para o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), a instituição ainda será decisiva no suporte aos investimentos da indústria em 2011. Mesmo com os incentivos ao crédito privado de longo prazo, apontam analistas, o **BNDES** manterá o elevado patamar de liberações de 2010.

A indústria ficou com quase metade do desembolso recorde de R\$ 168,4 bilhões do **BNDES** no ano passado. Foram R\$ 78,8 bilhões, 24% a mais do que em 2009. Uma nova operação especial de apoio à Petrobrás (R\$ 24,7 bilhões aplicados na capitalização) destacou o setor de química e petroquímica nas contas do banco. O crédito para o segmento somou R\$ 33,8 bilhões, alta de 32% em relação a 2009, quando o **BNDES** já havia emprestado outros R\$ 25 bilhões para a estatal.

As liberações para o transporte rodoviário tiveram alta de 90% em 2010, acumulando R\$ 25,9 bilhões, com a escalada do crédito para ônibus e caminhões com os juros subsidiados do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), cuja carteira superou R\$ 120 bilhões e financiou também bens de capital, **exportação** e inovação.

A indústria de caminhões teve um dos seus melhores anos embalada pelo financiamento do **BNDES** para caminhoneiros autônomos e microempresas. O Procaminhoneiro cresceu 470% em relação a 2009, somando R\$ 6,6 bilhões emprestados em 37,5 mil operações.

O PSI termina em março, mas o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, negocia com o governo uma forma de manter incentivos. O banco também aguarda uma definição, que deve sair em fevereiro, sobre um novo reforço do Tesouro Nacional para a manutenção do atual patamar de desembolsos.

O PSI dobrou os desembolsos das linhas do **BNDES** para a aquisição de máquinas e equipamentos, ampliando a capacidade da indústria. O programa está por trás da alta de alimentos e bebidas (53%) e têxtil e vestuário (232%) no

desempenho do banco. A demanda de setores voltados para o **mercado** interno fez o crédito para as áreas de agropecuária e de **comércio** e serviços crescer ainda mais do que a indústria: 56% e 48%, respectivamente.

"Esse crédito viabiliza um aumento de oferta que só será sentido a médio e longo prazo, mas que é a melhor política de combate à inflação. Por isso, o governo deve continuar incentivando o investimento para alcançar o crescimento sustentado", diz Fernando Sarti, do Instituto de Economia da Unicamp.

Para o economista Antonio Carlos de Lacerda, da PUC-SP, o **BNDES** começará a se voltar para a infraestrutura e a retomar o foco em **desenvolvimento regional**, inovação, meio ambiente e pequenas empresas, mas o setor industrial ainda dependerá muito do banco em 2011.

"O investimento na economia cresceu nos três primeiros trimestres de 2010 a taxas superiores a 20%, à frente do consumo. O crescimento do **BNDES** reflete esse desempenho positivo. Começam a surgir outras fontes de longo prazo, mas o **BNDES** ainda será **importante**", avalia Lacerda, para quem o crescimento do financiamento estatal não preocupa. O **BNDES** concentra mais de 70% do crédito de longo prazo no País. "O **BNDES** é mais solução do que problema."

Para Lacerda, a alta de juros iniciada pelo Banco Central para combater a inflação aumenta a atratividade dos títulos de curto prazo, adiando ainda mais os efeitos do pacote lançado em dezembro para estimular o crédito privado no longo prazo, especialmente no **mercado** de capitais.

Já para Armando Castelar, coordenador da área de economia aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV), há espaço para que alternativas, como emissões de títulos privados, saiam do papel, reduzindo a demanda de crédito sobre o **BNDES**.

"É algo para ser gradual, mas que pode crescer ao longo do ano. A queda dos juros é **importante** mas não é imprescindível. Muitas empresas já estão fazendo emissões de debêntures e o próprio **BNDES** está ajudando a movimentar esse **mercado**", observa o economista, ressaltando o impacto

fiscal provocado pela manutenção do crescimento do crédito do **BNDES** a reboque do Tesouro Nacional.

"Os incentivos ao crédito privado são sinais fortes de que o próprio governo quer alternativas ao **BNDES** para elevar o investimento", observa.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Brasil indica que vai "esfriar" a economia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Tombini e Coutinho citaram políticas monetária e de crédito para conter inflação

Fernando Dantas

No terceiro dia do Fórum Econômico Mundial, em Davos, o novo governo brasileiro passou uma mensagem de moderação do crescimento e das pressões de demanda.

O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, e o presidente do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Luciano Coutinho, deixaram claro para investidores, empresários e banqueiros reunidos na pequena cidade alpina que o momento é de usar as políticas monetária e de crédito para esfriar a economia brasileira e controlar as pressões inflacionárias. Eles participaram de um debate sobre o **Brasil** ontem em Davos.

Coutinho disse que o **BNDES** vai anunciar em breve um aumento da contrapartida nos financiamentos para prazos de até sete anos. As contrapartidas são os recursos que a empresa têm de obter fora do **BNDES** para complementar o valor total do financiamento do projeto. Hoje, elas variam entre 50% e 100% do valor total, com uma média de 70% a 75%.

O presidente do **BNDES** acrescentou que o banco não vai aumentar sua carteira de empréstimos em 2011, e vai mantê-la aproximadamente igual a 2010, de R\$ 144 bilhões (excluindo a capitalização da Petrobrás).

Referindo-se à política monetária do BC, Coutinho comentou que a manutenção do nível da carteira de financiamento do **BNDES** "é uma contribuição, porque na margem nós não vamos expandir". Ele ressaltou, entretanto, que o controle da demanda não será feito à custa do investimento.

Já Tombini afirmou que o **Brasil** está "com uma demanda excessiva". Apesar de considerar que não se trata de "um problema enorme", ele garantiu que o País vai usar as ferramentas existentes para combater a pressão inflacionária, que atribuiu parcialmente à alta das commodities. Tombini citou a elevação da Selic e o uso das chamadas medidas

macroprudenciais - a elevação de compulsórios e de exigência de capital em empréstimos.

"Estrelas". O Brasil, apesar da presença muito tímida este ano no fórum, é incluído com a China e a Índia no elenco das estrelas emergentes - expressão usada em Davos por Martin Sorrell, presidente da WPP, grupo britânico de publicidade e marketing. Porém, apesar do sucesso, economistas mostraram preocupação com o sobreaquecimento da economia brasileira. O discurso bem afinado de Tombini e Coutinho buscou tranquilizá-los.

O presidente do BC lembrou que o arcabouço macroeconômico brasileiro tem sido bem-sucedido em manter a estabilidade da economia nos 10 a 12 anos desde que foi implementado. Tombini observou que o regime, que combina meta de inflação, política fiscal responsável e câmbio flutuante, mostrou-se adequado em diversos "ambientes desafiadores" desde a sua criação em 1999.

Coutinho, na sua apresentação, disse que o País vai "moderar o consumo, moderar o crédito ao consumo, moderar as despesas correntes do governo, mas manter os investimentos". Ele previu que o investimento total na economia brasileira vai crescer entre 9,5% e 10% em 2011. O objetivo do governo, ele notou, é elevar o investimento nos próximos anos até o nível de 23% ou 24% do **PIB** (hoje está em 19%), e com a intenção de que esse movimento seja acompanhado pela poupança (que é um pouco menor que o investimento).

Segundo o presidente do **BNDES**, "neste ano tudo vai crescer mais moderadamente, mas é **importante** que o investimento cresça mais do que o **PIB** (cujo aumento ele projeta em 5%)".

Em relação ao **BNDES**, Coutinho explicou que o aumento das contrapartidas vai se limitar aos financiamentos de até sete anos. Nesse segmento de prazo mais curto, ele conta com o aumento do financiamento privado, estimulado pelo pacote de desoneração e de maior abertura ao capital estrangeiro nas emissões de debêntures e de outros instrumentos do **mercado** de capitais, lançado pelo governo recentemente.

Coutinho defendeu a atuação do **BNDES** e de outros bancos públicos durante a crise econômica global. Ele disse

que o aumento do crédito ao investimento pelo **BNDES** durante o período de reação à crise correspondeu a 2,5% do **PIB**.

Em relação ao câmbio valorizado, Tombini, do BC, disse que "é uma situação temporária, reflexo do ambiente externo". Ele observou que, como no caso da demanda, há

capital entrando no **Brasil** "em excesso", por causa das boas condições econômicas do País e das oportunidades de investimento. "É preciso lidar com a abundância", resumiu o presidente do BC. / COLABOROU DANIELA MILANESE

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Ex-secretário de Portos no país admite que logística é falha		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em obra recém-lançada, Pedro Brito defende modelo, mas reconhece problemas

PAÍS, 8ª ECONOMIA DO MUNDO, OCUPA 41º LUGAR DE RANKING MUNDIAL DE PORTOS

AGNALDO BRITO

DE SÃO PAULO

Leitor, você sabia que de 2007 a 2010 o Brasil escalou 20 posições no ranking de desempenho em logística portuária numa pesquisa feita em 155 países? Mais: que isso trouxe o Brasil, oitava economia do mundo, da vexatória 61ª colocação para a pouco menos vexatória 41ª da lista? Avanço inegável, mas insuficiente. Sobretudo quando a Lei de Modernização dos Portos, de 1993, está prestes a completar a maioria.

Esse "avanço" abre o livro "Muito a Navegar - Uma Análise Logística dos Portos Brasileiros". O texto é assinado por Pedro Brito, ex-secretário Especial de Portos, um cearense do círculo de influência de Ciro Gomes. O trabalho tem pós-fácio elogioso de Antonio Delfim Netto. O principal mérito do trabalho é reconhecer como o Estado brasileiro organiza mal seus portos e sua logística. Pois é para garantir a "eficiência logística" do país que a obra pode contribuir.

Brito lembra que houve no governo Lula a ideia de criar um Ministério de Logística. O plano era ter uma pasta que tratasse portos, estradas, ferrovias como sistema de escoamento da produção brasileira ou canal eficiente para receber bens do exterior.

A ideia jamais prosperou.

A criação da Secretaria Especial de Portos, embora importante para os portos, ampliou a divisão. Hoje, o Ministério dos Transportes cuida das ferrovias e das estradas, que bem ou mal desembocam nos portos.

"Não podemos ir construindo estradas ou ferrovias sem a preocupação com a inteligência logística, sem pensar em criar redes, sem pensar em intermodalidade e na conectividade dos portos com outros modais", diz.

MODELO

O livro faz uma defesa do modelo portuário adotado no país: administração pública da área do porto organizado com gestão privada dos terminais instalados ali.

Ele revela que houve lobbies para mudar esse modelo, que julga ser o melhor para um país como o Brasil. Interesses, aliás, é que o mais existe num porto. Afinal, por ali passa a economia do país.

O livro ajuda o leitor não iniciado (o ex-secretário de Portos também não era quando virou ministro) a entender melhor o funcionamento dos portos. Traz muitas informações sobre as estruturas, mas deixa de lado uma questão importante: a social no entorno dos portos.

O porto de Santos é exemplo. Responsável por 25% de todo o comércio exterior brasileiro, o porto santista ainda convive com uma realidade social vergonhosa.

Duas ocupações convivem com os navios Panamax (de 60 mil toneladas) que cruzam o estuário diariamente.

Talvez fosse o caso de incluir um capítulo na obra sobre a brutal realidade social dos portos brasileiros, tendo como exemplo dessa falência as palafitas em Santos.

Ocupação, aliás, que um dia acolheu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que viveu com a mãe e os irmãos no distrito de Vicente Carvalho, no lado do Guarujá.

Tudo somado, a obra tem méritos. Terá mais se o sucessor de Brito na Secretaria de Portos, o também cearense (ex-prefeito de Sobral), Leônidas Cristino, decidir lê-la. Quem sabe não se anima a escrever um livro ali adiante para dizer que o país chegou à posição de "top ten" dos portos mundiais. Como diz Brito, há "muito a navegar".

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Patriota diz que atuará por direitos humanos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Chanceler promete trabalhar junto da Anistia, respeitada ONG do setor

Declaração foi feita no fórum de Davos, após ministro ouvir cobrança por silêncio sobre Irã, Cuba e Hugo Chávez

CLÓVIS ROSSI

ENVIADO ESPECIAL A DAVOS

O governo brasileiro vai passar a trabalhar com a Anistia Internacional, respeitada ONG da área de direitos humanos, anunciou ontem o chanceler Antonio Patriota.

Patriota mal havia deixado reunião com Shalil Shetty, o indiano que é o secretário-geral da Anistia, quando, na sessão "Panorama do Brasil", foi vigorosamente cobrado sobre o silêncio do governo, na gestão anterior, a respeito da democracia e dos direitos humanos.

A cobrança, antecipada pela Folha, foi feita pelo venezuelano Ricardo Hausmann, diretor do Centro para o **Desenvolvimento** Internacional da Universidade de Harvard.

Hausmann, que assume ser representante da oposição venezuelana ao presidente Hugo Chávez, cobrou o fato de o **Brasil** ter silenciado quando Chávez fechou a fronteira com a Colômbia, em seguida ao anúncio do acordo Colômbia/EUA para uso de bases militares, mas não sobre o acordo em si - tanto que levou o tema a cúpula da Unasul (União de Nações Sul-Americanas).

O acadêmico cobrou também o silêncio sobre Cuba e o Irã, embora o **Brasil** tenha feito muito ruído com o golpe em Honduras. O minicomício de Hausmann foi a única sombra em uma sessão de louvação enorme ao Brasil.

Patriota respondeu da mesma forma que o faria seu antecessor Celso Amorim: pode ser mais produtivo fazer gestões silenciosas junto a países amigos do que preferir o ruído das condenações.

"Direitos humanos permanece característica essencial" da política externa (e interna) brasileira, ainda mais sob Dilma Rousseff, "torturada na ditadura", disse.

Se a resposta é igual, o fato de anunciar a cooperação com a Anistia tende a representar uma mudança significativa. A entidade não costuma silenciar sobre violações aos direitos humanos em país algum.

Tanto podem ser os países árabes como os problemas no sistema brasileiro de prisões, que Patriota admitiu ontem serem sérios.

A resposta do chanceler não satisfaz Hausmann, que, terminada a sessão, se aproximou de Patriota, cobrando: "Dê um sinal à oposição".

Patriota deu uma frase que diz tudo e nada ao mesmo tempo: "Democracia se faz com o governo e também com oposição qualificada".

O chanceler repetiu outra posição adotada no governo anterior: a de defender que a política para direitos humanos seja "menos seletiva e menos politizada".

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Proposta é de R\$545', diz Dilma sobre mínimo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente afirma que centrais sindicais têm que decidir se querem ou não manter o acordo feito no Congresso

João Guedes* e

Adauri Antunes Barbosa

PORTO ALEGRE e SÃO PAULO. A presidente Dilma Rousseff mostrou ontem que não pretende ceder aos apelos das centrais sindicais, que querem um reajuste para o salário mínimo superior ao proposto pelo governo. As entidades pedem R\$580, contra os R\$545 oferecidos pelo Planalto. Em entrevista coletiva concedida em Porto Alegre, Dilma lembrou que, no passado, "não se dava sequer a inflação". Ela disse que seu objetivo é manter, pelo menos até o fim de sua gestão, a metodologia de correção prevista no acordo entre o ex-presidente Lula e os sindicalistas.

- O que queremos é saber se as centrais querem manter este acordo. E, se quiserem, nossa proposta é de R\$545 - disse a presidente.

Dilma criticou as discussões simultâneas sobre o aumento do mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda (IR):

- Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

A possibilidade de alterar a forma de indexação da tabela do IR também foi descartada pela presidente:

- Jamais damos indexação inflacionária. Por isso, não concordamos com o que saiu nos jornais de que o reajuste, se houvesse, da tabela do IR, fosse feito pela inflação passada. Teria que olhar não a inflação passada, porque isso seria carregar inércia inflacionária para dentro de uma questão essencial, que é o IR.

Antes da entrevista, Dilma teve encontro com o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), que apresentou uma lista de obras prioritárias para o estado no PAC 1 e no PAC 2 e pediu apoio do Governo Federal aos pedidos de empréstimos encaminhados por sua gestão ao

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (R\$1,3 bilhão) e Banco Mundial (R\$700 milhões).

Em São Paulo, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, disse ter estranhado a declaração de Dilma de que o governo não vai oferecer nada além dos R\$545. De acordo com Paulinho, se as negociações em curso não tiverem como conclusão um acordo com os trabalhadores, "o único caminho" será o confronto no Congresso.

- Não estou entendendo muito essa conversa do governo, principalmente da presidente. Se as negociações não continuarem e não houver acordo, o único caminho será o confronto no Congresso - disse ele, que é deputado federal do PDT.

Paulinho lembrou que as negociações do governo com as centrais estão apenas começando. As reuniões com os ministros Guido Mantega (Fazenda), e Gilberto Carvalho (Secretaria Geral) começaram esta semana. Por isso, acredita em acordo:

- Ainda estou acreditando. Se não fosse para fazer um acordo, por que o governo começaria a negociação? O governo não tem porque abandonar uma política que deu certo, que ajudou o país num momento difícil.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, lembrou dos termos do acordo de 2007 para a política de valorização do mínimo. Mas defendeu que o aumento de 2011 seja estabelecido de maneira diferente:

- Cobramos excepcionalidade para o salário mínimo da mesma forma como foram tratados de maneira excepcional os empresários durante o período da crise de 2008 e 2009. Diferentes setores econômicos tiveram isenção tributária e outras formas de incentivo. Por que, então, os trabalhadores deveriam ficar sem aumento real agora?

Uma nova reunião do governo com centrais está marcada para a próxima quarta-feira, em Brasília.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma inaugura agenda internacional		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente fará visita à Argentina

Janaína Figueiredo

BUENOS AIRES. Na próxima segunda-feira, as presidentes do Brasil, Dilma Rousseff, e da Argentina, Cristina Kirchner, assinarão 15 documentos na primeira viagem oficial ao exterior da chefe de Estado brasileira. Dilma, que permanecerá algumas horas na Argentina, terá encontro com representantes das Mães e Avós da Praça de Maio.

Será a primeira vez que um presidente do **Brasil** inclui esse tipo de encontro numa agenda de visita à Argentina. A possibilidade de Dilma visitar um ex-centro clandestino de tortura da ditadura argentina, cogitada pelo governo Kirchner, foi descartada por autoridades brasileiras.

As duas presidentes, que já se conhecem da época em que Dilma era ministra do governo Lula, firmarão acordos nas áreas de **comércio**, cultura, educação, direitos humanos, políticas de gênero, biocombustíveis, **desenvolvimento** urbano e cooperação nas fronteiras, entre outros.

As reuniões de trabalho serão na Casa Rosada. Posteriormente, Dilma será homenageada com um almoço no Palácio San Martín, sede da chancelaria argentina, na presença de 250 convidados.

- A relação entre os dois países passa por seu melhor momento - disse o embaixador do **Brasil** em Buenos Aires, Ênio Cordeiro. Segundo ele, um dos principais objetivos é reforçar a cooperação em questões sociais".

- Nossa parceria é um caminho sem retorno e só terá fortalecimento - enfatizou o embaixador.

Para Cordeiro, os conflitos comerciais que envolveram ambas as economias nos últimos anos, sobretudo pela aplicação por parte da Argentina de barreiras comerciais nas **importações**, não representam um problema atual:

- O **comércio** vai muito bem, obrigado - disse.

No entanto, em 2010 cerca de 13,5% das **exportações** brasileiras para o **mercado** argentino foram alvo de medidas protecionistas. Apesar de a Argentina ter uma estratégia assumida e defendida publicamente de controle da entrada de produtos estrangeiros, este ano o país deverá acumular um déficit de US\$5,6 bilhões com o Brasil.